



A questão agrária brasileira no pensamento de Caio Prado Júnior¹

The Brazilian agrarian question in the thinking of Caio Prado Júnior

Lucas BEZERRA*

Resumo: O objetivo do artigo consiste em realizar uma introdução à interpretação de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária no Brasil. Localiza-se, em sua síntese sobre a colonização, uma chave analítica dotada de criatividade e originalidade para a discussão aqui proposta. A partir dessa tese e de formulações posteriores sobre da questão agrária, apresentamos sua análise acerca da economia agrária na constituição e no desenvolvimento da formação brasileira. A exposição contempla: i) as posições de Caio Prado Júnior no “debate agrarista” dos anos 1960; ii) seu entendimento sobre as determinações da exploração agrícola e a natureza das relações de trabalho no campo brasileiro e iii) sua proposta teórico-política para a reforma agrária. Como síntese, compreende-se que revisitar esse intérprete clássico de nosso pensamento social crítico constitui um desafio para decifrar dilemas do tempo presente.

Palavras-chave: Questão agrária. Pensamento social brasileiro. Caio Prado Júnior.

Abstract: The aim of the article is to introduce Caio Prado Júnior’s interpretation of the issue of land in Brazil. His thesis on colonisation contains a creative and original analytical key to the discussion proposed here. Based on this thesis and his later formulations on land, we present his analysis of the agrarian economy in the constitution and development of the formation of Brazil. The article contemplates; i) the positions of Caio Prado Júnior in the so-called “agrarian debate” of the 1960’s; ii) his understanding of the determinations of agricultural exploitation and the nature of labour relations in the Brazilian countryside and, finally, iii) his theoretical-political proposal for agrarian reform. Revisiting this classic interpreter of our critical social thinking is a challenge in deciphering present-day dilemmas.

Keywords: Agrarian question. Brazilian social thinking. Caio Prado Júnior.

Submetido em: 4/5/2018. Revisado em: 21/8 e 12/9/2018. Aceito em: 12/9/2018.

¹ Uma versão inicial deste artigo foi elaborada em 2016, como trabalho final para a disciplina *Estado, Sociedade e Direitos* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ministrada pelo prof. Marco Mondaini, a quem agradeço pela interlocução valiosa e gentil.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Professor Substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Avenida Baraúnas, 351, Campus Universitário, Bodocongó, Campina Grande (PB). CEP: 50740590. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-1297-2224>>. E-mail: <lucasbezerra.1917@gmail.com>.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

Na esteira do pensamento social, intérpretes inscritos em perspectivas variadas e/ou antagônicas questionaram-se de modo recorrente sobre a centralidade da questão agrária na constituição do Brasil. Preocupações diversas, como a colonização, as oligarquias, os clãs, o parentesco, a casa-grande, as relações de classe e de propriedade, a revolução burguesa, encontraram-se em fina sintonia com a investigação da dinâmica processada no campo em formulações clássicas, como as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes.

Este artigo se restringe à interlocução com as contribuições de Caio Prado Júnior (1907-1990),² um dos maiores intérpretes da realidade brasileira, cujo legado requisita ser revisitado a fim de desvendar dilemas de ordem estrutural, reatualizados pelo movimento da história. Justifica-se a delimitação, em especial, pela preocupação sistemática desse autor em decifrar as contradições sociais no campo a partir da perspectiva da classe trabalhadora. Sua proposta interpretativa do Brasil, desenvolvida durante aproximadamente cinco décadas, possui na questão agrária um fio condutor. Embora sejam diversos os objetos por ele tematizados – a filosofia, a dialética, a formação social do Brasil, a política econômica, o socialismo, o embate com o estruturalismo francês etc. –, é a questão agrária brasileira que aqui nos interessa propriamente.

Nosso objetivo consiste, desta feita, em *realizar uma aproximação aos fundamentos da questão agrária no Brasil à luz da obra de Caio Prado Júnior*. A perspectiva é que o texto possua caráter didático, especificamente, aos leitores em busca de um primeiro contato com a natureza das relações sociais de produção e reprodução historicamente presentes na economia agrária nacional. Detivemo-nos à interlocução com fragmentos de obras nas quais o intérprete se debruça sobre esse elemento de forma mais direta e sistemática: *Formação do Brasil contemporâneo* ([1942] 1976), *História econômica do Brasil* ([1945] 1987), *Questão agrária* ([1960-1964] 1978) e *A revolução brasileira* ([1966] 2011)³.

A exposição encontra-se organizada em quatro momentos: 1º) um diálogo com a tese do “sentido da colonização”, entendida enquanto chave interpretativa da análise; 2º) uma exposição dos porquês da negação do “feudalismo brasileiro”; 3º) uma discussão a propósito dos aspectos estruturais de nossa economia agrária e das relações de trabalho no campo; e, por fim, 4º) uma síntese da proposta de Caio Prado Júnior para a reforma agrária no Brasil. Estes eixos expressam os grandes problemas teóricos relacionados à questão agrária que foram enfrentados pelo pensador. É nesse emaranhado que se encontram os resultados do sumário diálogo aqui realizado com o legado de um intelectual comprometido com a história e com o destino de seu povo, considerando que a contribuição de Caio Prado Júnior sugere inúmeras pistas para entender o Brasil contemporâneo. Trata-se de retomar os fundamentos históricos

² Para uma biografia política de Prado Júnior, ver Pericás (2016).

³ Delimitamos textos e capítulos de livros de acordo com o objetivo do artigo. Atentamo-nos, assim: da primeira obra, *Sentido da colonização, economia, grande lavoura, agricultura de subsistência*; da segunda, *Caráter inicial e geral da formação econômica brasileira, início da agricultura, evolução agrícola, expansão e crise da produção agrária*; a terceira, por sua vez, reúne cinco ensaios publicados e reunidos pela Editora Brasiliense sobre a questão agrária brasileira; da quarta, dialogamos com trechos relacionados ao programa da revolução brasileira, para o qual a questão agrária assume dimensão relevante.

deixados por um mestre para encetar, a partir de suas contribuições, maior densidade à análise do tempo presente.

SENTIDO DA COLONIZAÇÃO: CHAVE INTERPRETATIVA DA FORMAÇÃO BRASILEIRA

O *Sentido da colonização*, pontapé da análise presente em *Formação do Brasil contemporâneo* ([1942] 1976), expõe uma das principais teses de Caio Prado Júnior. O estudo revela a síntese de um processo histórico e uma contribuição ao pensamento dialético no país, elucidativa das indagações centrais percorridas pelo autor. Do seu ponto de vista, era impensável apreender a configuração do Brasil do século XX sem considerar as determinações da forte herança colonial.

Guiado pela perspectiva totalizante que articula história, teoria e método, o autor inseriu no rol do pensamento social brasileiro uma interpretação que costura passado e presente mediante a combinação entre determinações internas e externas. Ao prezar pela dimensão da universalidade e refutar particularismos, sustentou a tese de que *a colonização assumiu a condição de capítulo do desenvolvimento do comércio continental europeu*. Concebeu-a, portanto, como artefato da expansão mercantil; e daí resultou a necessidade de implantação de uma *grande empresa colonizadora* nos trópicos, cujas condições geográficas extremamente favoráveis à agricultura são inegáveis.

As colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. [...] Nos trópicos [...] surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. [...] Será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre [...] indígenas ou negros africanos importados (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 31).

Assim, as bases do tipo de colonização *à brasileira* repousam numa estrutura historicamente determinada: a *colônia de exploração*. Esta correspondeu às requisições econômico-políticas de um contexto em que, na Europa, presenciava-se a crise de um modo de produção e a gestação de outro. Nesse interregno, no interior de um processo amplo como a acumulação originária analisada por Marx (1980), apresentava-se como requisição dominante não apenas a disputa territorial com fins de abastecimento e defesa, para os quais as colônias de povoamento seriam suficientes, mas também a proveitosa extração de vantagens econômicas dos *descobrimientos*, operada a partir da exploração da força de trabalho e das riquezas naturais disponíveis. Para tanto, os métodos foram diversos e simetrizaram a dinâmica do sistema colonial no Brasil.

O intuito dos colonizadores era o de constituir entre nós uma empresa comercial erigida sob a lógica do lucro e que explorasse em larga escala os recursos naturais, em proveito do desenvolvimento capitalista na Europa. Povoaram o território de acordo com as necessidades mercantis e estabeleceram uma organização produtiva na qual o alicerce econômico mais vasto e estável para tamanho domínio era a *agricultura*, submetida a um arranjo no qual o padrão de exploração da força de trabalho era a escravidão.

No âmbito das determinações econômicas,

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. *É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira* (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 31-32, grifo nosso).

Desse modo, forjou-se no Brasil a organização de uma economia interna *voltada para fora*, sob as bases de uma vasta empresa comercial. Ao fim e ao cabo, é assim que o país se constituiu no bojo da expansão do capitalismo no cenário internacional. Evidente que uma história que compreende mais de três séculos demanda mediações que extrapolam as determinações aqui elencadas. Contudo, sem estas, tornar-se-ia inviável elucidar o que há de mais fundamental e unitário desse período da história nacional.

Da parte de autor aqui estudado, havia uma prioridade em termos de uma *agenda de pesquisa*, centrada na sistematização dos caracteres gerais da formação da sociedade brasileira, na busca pela apreensão das necessidades de um capitalismo em gestação. Interessava explicar os fundamentos de uma economia de mercado que serviria de sustentáculo à conformação da sociedade moderna, uma vez que a abertura de novos mercados se justificava, na prática, pelo movimento expansivo do mercantilismo europeu. Tratava-se, no âmbito da produção de conhecimentos, de promover um levantamento histórico-econômico. Assim o fez.

A referida agenda de pesquisa, porém, possuía um objetivo que não se limitava a mera interpretação. Englobava um propósito mais refinado. Ao empreender o esforço investigativo e expositivo, Caio Prado Júnior estava preocupado em dar saltos qualitativos na elaboração de uma teoria da revolução brasileira, o que nos leva a reconhecer a dimensão transformadora contida em seu pensamento.

Sob este compasso, o sentido da colonização converte-se enquanto ponto de partida porque possibilita alinhar o aprofundamento de teses mais gerais por ele defendidas, como a ideia de que *o Brasil nasce sob a órbita do desenvolvimento capitalista* em estágio de expansão mercantil, embora não constituísse uma produção especificamente capitalista nem uma estrutura de classes correspondente a este modo de produção.

Por muito tempo, essa tese ocupou um lugar privilegiado nos debates levados a efeito pelo pensamento social crítico brasileiro. Suscitou polêmicas, enriquecendo a análise das vias interpretativas do desenvolvimento do capitalismo em nossa realidade⁴. Os desdobramentos teóricos dados por Caio Prado Júnior a partir da formulação contida em *Formação do Brasil contemporâneo* ([1942] 1976), a se estender nas obras posteriores, embasarão sua crítica às teses do Brasil *feudal* ou *semifeudal*. É o que veremos adiante, com particular atenção ao eixo aqui privilegiado: a questão agrária.

⁴ Há um debate denso, vocalizado por intérpretes do Brasil, como Gorender (2015), que aponta que um dos principais limites das formulações de Caio Prado consistiria na análise circulacionista, que tende a superestimar o setor comercial, como se a partir deste fosse possível extrair uma síntese da economia brasileira. Não há espaço para dar vazão cuidadosa a esse debate, mas a crítica parece desconsiderar dois elementos relevantes: i) a relação espaço-tempo na qual Caio Prado teve oportunidade de analisar o Brasil; ii) a percepção de outros setores nas contribuições do autor, como é o caso das análises sobre a revolução tecnológica.

O EMBATE COM AS TESES DO BRASIL “FEUDAL”

No trânsito aos anos 1960, o Brasil vivenciou um intenso debate sobre os fundamentos históricos de sua estrutura social, política e econômica. O tema da questão agrária, face à sua centralidade no acirramento das lutas de classes nesse contexto, estava no âmago da discussão, cujo epicentro, no âmbito das esquerdas, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A dinâmica da luta política exigia que o partido desenvolvesse uma interpretação mais consistente sobre a estrutura agrária, em particular, e sobre outros eixos, como a formação do Estado, a industrialização nascente, a composição das classes, a cultura etc.

Até então, predominava, na referida organização, a leitura oriunda da III Internacional (1919-1943) que, em sua fase stalinista, sugeria uma interpretação dos países subdesenvolvidos com base no que se pode classificar como *esquema da escada*, cristalizado nas seguintes etapas: modo de produção primitivo – modo de produção asiático – escravismo – feudalismo – capitalismo – socialismo. Na situação das formações sociais de capitalismo dependente, estas possuíam uma espécie de herança feudal que deveria ser substituída por condições especificamente capitalistas, numa espécie de evolução histórica que conformaria um operariado forte através da generalização do trabalho assalariado. A mediação estratégica para tal fim seria a etapa democrático-burguesa da revolução socialista. Esta concepção derivava, em larga medida, da estrutura agrária sustentada no latifúndio e nas relações de trabalho em dilatada transição ao assalariamento.

À época, a análise de conjuntura do PCB identificava dois inimigos centrais que impediam um progresso industrial verdadeiramente brasileiro: i) o imperialismo (força externa) e ii) o latifúndio improdutivo (força interna). Em vista disso, a política de alianças dos comunistas no país deveria abraçar uma burguesia nacional que, para Prado Júnior (1978), nunca existiu, a não ser como mito para justificar teorias preconcebidas ou fins políticos imediatistas. Além de reproduzir um esquematismo evidente, a análise do PCB estabelecia uma hierarquização historicamente inviável entre o operariado e os trabalhadores rurais. O operário representaria a *positividade histórica*, enquanto os trabalhadores do campo assumiriam um papel supostamente secundário para o triunfo operário.

Resguardadas as devidas mediações, é em razão da posição pecebista – de sua análise de *estrutura* e de *conjuntura* em torno da realidade nacional – que a intensidade da discussão sobre a questão agrária obtém um ritmo acelerado no limiar dos anos 1960, a provocar o que é convencionalmente nominado de “debate agrarista”⁵. No âmbito da tradição socialista, destacaram-se as formulações de Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré⁶.

Caio Prado Júnior foi contundente na crítica à caracterização “feudal” ou “semifeudal” da formação econômico-social brasileira. Para esse autor, a avaliação majoritária do PCB consistia, em poucas palavras, na partilha de uma análise evolucionista do Brasil feita “de fora” do Brasil; um tipo de equação rapidamente assimilada pelo senso comum, mas largamente

⁵ Uma organização desse debate pode ser consultada em Stédile (2011) e Welch et al. (2009).

⁶ Apesar das divergências entre esses três autores, o que estava no centro de suas preocupações eram as características fundamentais de nossa formação social, o que seguramente exigiu desmedido esforço interpretativo repleto de genialidade. O saldo positivo desse processo é inquestionável.

distante da história factual. Em *Formação do Brasil contemporâneo* ([1942] 1976) e em *História econômica do Brasil* ([1945] 1987), assevera que a nossa formação desponta o processamento de uma *economia de caráter agroexportador*, cujo ordenamento da produção é definido pelas demandas externas. É, pois, em cumprimento a essas exigências que se estruturou o pacto colonial com sua tríade *latifúndio-monocultura-escravidão*, como característica central da formação social brasileira.

Perante esses traços, “[...] seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 67). Duas razões explicam isso: i) o autor não enxergava na realidade brasileira elementos fundamentais do funcionamento econômico e produtivo de uma sociedade feudal, como é o caso do sistema de trocas restritas e da predominância da produção local/familiar; ii) a condição de exploração da força de trabalho distingue-se do ordenamento feudal, de modo que “[...] as brutais formas de exploração do trabalho na agropecuária brasileira não derivam de nenhuma circunstância de ordem institucional ou jurídica, de estatutos pessoais distintos, de enraizadas tradições, como se insinua e dá entender ao falar em ‘relações feudais’” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 68). Há aí um elemento de máxima importância em relação à questão agrária: a tragédia impregnada na história dos trabalhadores do campo no Brasil é herança da adoção multissecular do trabalho escravo, e não de relações sociais feudais⁷.

Mas a divergência com o “feudalismo brasileiro” não era tão-somente de ordem teórica. Relacionava-se, também, às consequências práticas dessa tese, ou seja, às táticas para superação dessa realidade e ao caráter da revolução brasileira. Segundo o “esquema da escada”, os “restos feudais” deveriam ser substituídos por condições tipicamente capitalistas. A seguir esse esquema, admitir-se-ia, na plataforma da reforma agrária, a transição de trabalhadores meeiros (agricultores que trabalham em terras que pertencem a outra pessoa, alusivos ao modo de produção feudal) para trabalhadores assalariados (a mais evoluída forma de trabalho especificamente capitalista). De modo etapista, a luta pela reforma agrária seria parte da consolidação de um capitalismo maduro no Brasil, quase um “tipo ideal” para a transição revolucionária⁸. Não é esse o caminho proposto por Caio Prado Júnior para a reforma agrária no Brasil. Mas antes de esboçar as ideias do autor para a reforma agrária brasileira, torna-se oportuno apresentar seu pensamento quanto à caracterização da estrutura agrária e das relações de trabalho no campo, exemplares de sua crítica ao “feudalismo brasileiro”.

O CARÁTER DA EXPLORAÇÃO AGRÁRIA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO BRASILEIRO

A tese do *sentido da colonização* já revela a natureza da exploração agrária no Brasil, centrada na lógica da produção em larga escala e organizada em grandes unidades produtoras, como fazendas, engenhos, plantações. Daí provém, em bases mercantis, a edificação de uma estrutura agrária com acentuada concentração da propriedade da terra. Segundo Prado Júnior (1978), há dois aspectos que indicam o “sucesso” da exploração agrária no Brasil: 1º) a larga

⁷ Dado isso, os trabalhadores rurais brasileiros não tiveram a oportunidade de se tornar um campesinato no sentido exato da expressão. Malgrado as polêmicas, faltou a essa população, ou pelo menos parte significativa dela, tradição camponesa como nos países da Europa (PRADO JÚNIOR, 1978).

⁸ Sobre a relação agricultura e socialismo, ver coletânea organizada por Coutinho e Albuquerque (1988).

quantidade de terras disponíveis, “[...] em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do País, e que se tornaria sua classe dominante” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 25); 2º) “[...] a disponibilidade de força de trabalho, fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural que se formou e constituiu [...] pela incorporação dos indígenas, pelo tráfico africano” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 26).

No artigo *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil* ([1960] 1978), o autor sintetiza que a natureza da economia rural brasileira reside no domínio da grande exploração agropecuária, sendo a concentração de propriedade fundiária (o latifúndio) o tipo adequado às pretensões desse modelo. É sob essas bases que a agropecuária no Brasil torna-se um “bom negócio”, a carregar consigo a profunda contradição entre a apropriação privada das riquezas em um polo e a concentração de pobreza noutro⁹. O pauperismo no qual as massas do campo se veem inevitavelmente compelidas expõe a impotência de um desenvolvimento agrário fundamentalmente antinacional e antipopular e, também, as sequelas brutais de uma organização produtiva que tende a corroer a força de trabalho o máximo que possa.

Caio Prado Júnior permaneceu atento à centralidade dessa contradição para o entendimento da questão agrária. Conclui a certa altura de suas elaborações que “[...] o desenvolvimento agrícola e as condições de vida do trabalhador rural não se acham direta e necessariamente relacionados” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 29). A síntese a que chega o pensador tornou-se elementar para os estudos posteriores feitos pelo marxismo brasileiro no que tange à organização produtiva, à estrutura econômica, às relações de trabalho no campo e à natureza da revolução burguesa no Brasil.

O que está por trás dessa identificação é, sugestivamente, uma antecipação do que mais tarde serviria como sustentáculo à tese da “modernização conservadora” contida na formulação de Florestan Fernandes (2006)¹⁰, assim como a incorporação da lei do “desenvolvimento desigual e combinado”¹¹ aos estudos sobre a realidade brasileira. Nosso autor cumpre papel inaugural, neste sentido, por, já na década de 1940, lançar as protoformas que ensejariam aos estudiosos de gerações posteriores aprofundarem o entendimento a respeito das articulações entre interno e externo, nacional e internacional.

Ao considerar nossa inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, verifica que se processa em nossa economia agrária, simultaneamente, um razoável progresso técnico objetivado na produção e a manutenção de condições de trabalho degradantes. No modo como ocorre, a incorporação de tecnologias na agropecuária brasileira possui a finalidade conveniente às classes dominantes: a elevação do nível de concentração de riquezas. É a

⁹ Não há espaço neste texto para a explicação analítica de cada conceito ou categoria relacionada de modo direto à questão agrária. Para uma apreensão sistemática dessas noções, cf. Motta (2005).

¹⁰ Este entende que o amadurecimento da via não clássica da revolução burguesa no Brasil edificou um tipo particular de dominação burguesa operado em dois níveis: interno e externo - o primeiro, representado pela burguesia brasileira; o segundo, pelas potências imperialistas. Articulados sob o interesse peremptório do segundo, emplacaram saltos modernizantes que preservaram traços oligárquicos e autoritários.

¹¹ Tendência que significa, nos termos propostos por Trotsky (1967), “[...] uma aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1967, p. 25). Mantega (1987) chega a apontar proximidades entre a noção de “desenvolvimento desigual e combinado” e as teses defendidas por Caio Prado Júnior.

rentabilidade da agricultura que está em jogo. O caso da produção canavieira, particularmente no Nordeste, é elucidativo: “O desenvolvimento e o progresso tecnológico foram aí, nos últimos decênios, consideráveis. Entretanto, se houve modificação no que respeita à população trabalhadora rural das zonas canavieiras, ela foi, no seu conjunto, para pior” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 29).

Sob este parâmetro, encaminha-se no espaço agrário brasileiro, no século XX, uma “modernização” assentada no seguinte pressuposto de que a exploração agrícola associada à concentração de terras tende, a depender das circunstâncias conjunturais, a se ampliar intensiva e extensivamente. A finalidade reside em absorver o máximo de terras aproveitáveis, abolindo lavradores autônomos, bem como a agricultura alimentar. Complicam-se, em consequência, “[...] as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 31).

O caráter indubitável dessa natureza adquire ainda mais sentido ao se ponderar as particularidades do assalariamento da força de trabalho no campo brasileiro. Regra geral, este processo fora efetuado sem alterações mínimas nas relações entre o estatuto do trabalhador e o proprietário. A novidade mais palpável de tal transição consiste no fato de que o pagamento da força de trabalho na agricultura passou a ocorrer majoritariamente, a partir de então, pelo salário, e não mais pelos “benefícios” antes concedidos ao trabalhador escravo ou lavrador – como era o caso da utilização das terras do proprietário e da participação no produto. Sobressai-se uma medida “moderna” (o salário), ainda que esta conviva com métodos “arcaicos” de exploração da força de trabalho, dentre os quais o pagamento por produção configura um exemplo.

Seria ingênuo demais pensar que os proprietários dos meios de produção não tirariam proveito, em certos casos, do que mais vantajosamente a tradição escravista lhes propiciara; principalmente, quando lembramos que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1888. Prado Júnior aponta que *a remuneração da força de trabalho no campo pode assumir (e assume) formas não monetárias*, por conveniências práticas que atestam um traço de continuidade em relação ao passado colonial. Quando se trata de uma formação econômico-social como a brasileira, não há oposição formalista entre as formas monetária e não monetária. Ambas calham ao cálculo capitalista, ao arsenal operativo contido nas formas de existência da exploração da força de trabalho no Brasil.

Ao ponderar a dialética aí contida, o autor sustenta o seguinte: no terreno das relações entre proprietários e ofertantes da força de trabalho no campo brasileiro, mais uma vez em termos de leis tendenciais, predomina um *mercado livre de trabalho*. Confirmada a hipótese de que a escravidão serviu de base à organização de uma economia mercantil desde os momentos iniciais da colonização, é certo também que o amadurecimento destas relações veio acompanhado pelo componente *salário* enquanto modalidade de pagamento, ao contrário do que está previsto na típica condição feudal de intervenção peculiar do estatuto pessoal das partes. Na seara da configuração assumida pela exploração no campo, o pagamento do preço da força de trabalho não é necessariamente feito em dinheiro, mas em serviços, e, portanto, manifesta formas “peculiares”.

O que se põe ao debate é que a ênfase das formas brutais de exploração do trabalho no campo brasileiro relaciona-se muito mais aos “restos escravistas”, e não às relações feudais nem o resto delas, porque como afirma Mantega (1987) “[...] a estrutura colonial brasileira e suas relações de produção (que, no fundamental, persistem até a atualidade), foi implantada e organizada pelo sistema capitalista mundial (primeiro comercial, depois imperialista)” (MANTEGA, 1987, p. 245).

TERRA NÃO É PARA NEGÓCIO, MAS PARA QUEM NELA TRABALHA: A REFORMA AGRÁRIA NO PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR

As preocupações teórico-políticas de Caio Prado Júnior estiveram continuamente voltadas aos problemas e dilemas concretos enfrentados pelas massas. Como marxista, não lhe apetecia a “abstração pela abstração”. Em que pesem as polêmicas que rodeiam a obra de Prado Júnior, esta é uma marca que não se pode ignorar.

Para o historiador, a questão agrária brasileira demanda ações práticas para sua solução. Em seu pensamento, é inaceitável que, após séculos,

[...] a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada a nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontre privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 31-32).

Aí consiste a questão agrária brasileira na proposta interpretativa de Caio Prado Júnior, localizada *na dimensão de classe, na contradição estabelecida entre uma ínfima minoria que se apropria privadamente da terra para satisfazer seus “negócios” e uma esmagadora maioria que, mesmo tendo seu sustento organicamente vinculado à agricultura, encontra-se coibida do acesso a terra.*

Os dados sobre a estrutura agrária com os quais se deparou Caio Prado Júnior eram, como hoje, reveladores de uma das mais abertas feridas nacionais. Uma concentração fundiária em pouquíssimas mãos “[...] de terras habitadas onde se multiplicam muitas vezes as mãos ativas que as lavram; onde se localiza e comprime a totalidade da população rural brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 34).

Perante essa deplorável situação, não há dúvidas no legado do autor em debate: *o Brasil precisa de uma profunda reforma agrária, de dimensão estrutural, que “[...] arranque os trabalhadores da miséria em que vegetam [...]”* (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 31, grifo nosso), *elevando suas condições de vida e desencadeando um real processo de desenvolvimento econômico nacional sustentado em princípios largamente distintos dos que o Brasil até então conhece.*

No início dos anos 1960 – período em que o autor mais formulou sobre a reforma agrária –, já havia certo consenso nas esquerdas de que uma mudança significativa na estrutura agrária do país acumularia forças do ponto de vista *estratégico*, isto é, para a concretização da revolução

socialista. Não à toa, essa bandeira movimentou setores importantes da sociedade em torno da pressão pelas “reformas de base” no início da década de 1960.

O retardamento da reforma agrária tenderia a acirrar a “lógica da grande propriedade” e a “exploração em larga escala”. Fato é que o capitalismo tende a mercantilizar cada vez mais o conjunto de suas atividades; e com a produção agrícola não é diferente. A luta pela reforma agrária, na proporção em que possui como sujeito central o conjunto heterogêneo dos trabalhadores do campo, deve possuir como alvo central de ataque o complexo em que se localiza a miséria vivida por esses trabalhadores: a combinação entre a grande exploração mercantil e o latifúndio.

Estabelecidas as devidas mediações entre as lutas de classes e o Estado, o autor de *História econômica do Brasil* manteve uma preocupação sistemática que, em seu modo de entender, mais se adequava àquela conjuntura. Sob o seu prisma, como ficou nítido, era indispensável traçar diretrizes que viabilizassem a inversão da situação agrária nacional. Isto deveria proceder a partir da construção de um *programa*, convertido em propostas ou orientações mais precisas e enxutas, a conformar uma síntese para a luta política.

Não cabia àquelas circunstâncias a vagueza de formulações generalistas ou a transposição mecânica, para o Brasil, “[...] de condições e situações econômicas e sociais estranhas; das simples imprecisões como o latifúndio e dos lamentos acerca dos miseráveis padrões de vida da população rural brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 87). Incurrir nesse equívoco implicaria no esvaziamento da ação política ou seu condicionamento a uma agitação estéril, sem resultados de proporção mais relevante e, mais que isto, sem probabilidades reais de conquistas em médio ou em longo prazo.

O autor elabora uma proposta de expressão e propósitos coletivos que contempla “[...] desde medidas de ordem fiscal (a tributação fortemente progressiva sobre os proprietários rurais, na escala de extensão de suas propriedades), até a eventual desapropriação” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 82). Pode-se constatar, assim, de que forma Caio Prado enxerga o papel a ser assumido pelo Estado nos encaminhamentos práticos de medidas para a reforma agrária. Assegura que é imperativo a combinação da luta pela extensão da legislação social-trabalhista (incorporação, pelo Estado, de medidas protetivas relacionadas à regulamentação das relações de trabalho, à moradia, à alimentação, à organização política...) à luta pela modificação da estrutura da propriedade fundiária, desconcentrando-a, favorecendo o acesso dos trabalhadores à propriedade e utilização da terra (substituição do empregado pelo trabalhador independente e proprietário). A primeira tende a provocar, na tática, melhores condições de luta para a segunda. São, portanto, indissociáveis, parte de um mesmo processo.

Esta síntese das proposições de nosso autor resulta de um balanço geral de seus textos quanto à relação *questão agrária/reforma agrária*, em boa parte contidos nos artigos publicados na Revista Brasiliense. Uma leitura atenta na fonte certamente observará que não há um entendimento linear entre os primeiros escritos e os últimos, o que se deve, num plano principal, às alterações conjunturais e no padrão de reprodução do capital no ambiente interno. A pauta da extensão da legislação trabalhista para o campo, por exemplo, aparece com maior ênfase apenas num segundo momento das elaborações.

A esta altura, devemos ponderar que algumas críticas dirigidas à interpretação de Caio Prado Júnior sobre questão agrária e reforma agrária afirmam que ele teria menosprezado a luta pela posse da terra e superestimado a articulação política junto aos sindicatos de trabalhadores de grandes empresas rurais. Para Secco (2008), há doses de exagero nessas críticas. O pensador em questão, além de defender a redistribuição da propriedade fundiária, considerava, na política, o amadurecimento em compasso histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores rurais.

Lima (1999), ao analisar a obra de Caio Prado Júnior, avalia que há três linhas paralelas, processualmente consubstanciadas, que sintetizam sua proposta de reforma agrária: i) o equacionamento da questão fundiária; ii) a consolidação do mercado de trabalho rural, com acréscimo da demanda por força de trabalho e de seu preço relativo, acompanhada de uma expansão dos direitos dos trabalhadores e das obrigações dos contratantes; iii) a transformação da economia agrária nacional, dotando-a de maior dinamicidade.

Em linhas gerais, seriam essas as mudanças fundamentais (distribuição de terras + legislação protetiva dos trabalhadores rurais) com potencial capaz de reorientar o desenvolvimento agrário brasileiro e superar a contradição entre os dois tipos de propriedade rural herdados do pacto colonial: de um lado, as grandes monoculturas (cana-de-açúcar, algodão, cacau e café) “voltadas para fora” e proporcionadoras de elevados níveis de lucratividade; do outro, a agricultura alimentar, destinada, sobretudo, à reprodução material das populações locais. Afinal, foi exatamente a dominação da primeira sobre a segunda que fez emergir uma classe de grandes proprietários rurais, estabelecadora do padrão agrário em voga.

Inúmeras mudanças acometeram a dinâmica do espaço agrário brasileiro dos anos 1960 para cá. Assim como a luta social no campo alcançou patamares mais elevados desde a dimensão organizativa, o debate em torno da reforma agrária também obteve maior acúmulo. Para Caio Prado Júnior, a reforma agrária estaria circunscrita, pelo menos prioritariamente, à estrutura fundiária; ponto em comum, aliás, de todo o debate agrarista da década de 1960. Hoje, em virtude do amadurecimento das organizações de trabalhadores e da complexificação do capitalismo, essa pauta, ainda central, assume outros contornos e outra amplitude.

Ao passo em que esse elemento não atenua a importância do legado de Caio Prado Júnior, torna-se possível vislumbrar, no conjunto da obra do autor, uma aguçada preocupação com a superação dos grandes problemas nacionais, o que nos conduz à hipótese de que há, em seu pensamento, bases teórico-políticas para pensar um Projeto de Nação munido de autonomia e soberania, traduzido como mediação estratégica para a revolução brasileira, de modo a contemplar nossas particularidades e as tarefas políticas que daí resultam (PRADO JÚNIOR, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo caminhou no sentido de apresentar as principais contribuições de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária brasileira. A aproximação a essas teses, longe da pretensão de um “balanço analítico”, indica-nos problemáticas para aprofundamento.

Ao articular a questão agrária ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o autor oferece ao pensamento social, dentre outras contribuições, uma crítica consistente às ideias do “feudalismo brasileiro”, do “etapismo eurocêntrico” e às suas consequências históricas e políticas. Em seu ponto de vista, numa análise da formação brasileira, a agropecuária constitui um empreendimento eminentemente comercial, lucrativo, organizado em grandes extensões de terras férteis e com abundância de força de trabalho a baixíssimo preço. Levando-se em consideração o amplo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, uma transformação desse cenário desigual exige a realização de uma profunda reforma agrária, que eleve as condições de vida dos trabalhadores e leve a cabo um projeto de desenvolvimento nacional e popular.

A vastidão e a complexidade do legado de Caio Prado Júnior põem na ordem do dia a necessidade de revisitá-lo. Tal esforço teórico não deve proceder a partir uma perspectiva meramente exegética, mas sob um prisma que siga o rigoroso, sistemático e pródigo trilho percorrido por Caio Prado Júnior, um pensador que soube aliar reflexão e ação, análise teórica e organização política. Se as bases centrais do problema agrário permanecem até hoje ou mesmo agravaram-se, esse intérprete do Brasil ainda possui muito a nos dizer. Perante essa atualidade, o desafio coletivo converte-se na tarefa de relacionar os desafios atuais que se impõem à sociedade brasileira às raízes das contradições que os originam.

Referências

- COUTINHO, C. N.; ALBUQUERQUE, B. D. (Orgs.). **Agricultura, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- LIMA, R. O. Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil. In: **Rev. Geografia**. Londrina, v. 8, n. 2, p. 123-134, jul./dez., 1999.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- MARX, K. **O capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PERICÁS, L. B. **Caio Prado Júnior**: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PRADO JÚNIOR, C. A revolução brasileira. In: FERNANDES, F.; PRADO JÚNIOR, C. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRADO JÚNIOR, C. **Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SECCO, L. **Caio Prado Júnior: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

STÈDILE, J. P. (Org.). **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TROTSKY, L. **História da revolução russa**. v. 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

WELCH, C. A. et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

Lucas BEZERRA

Mestre em Serviço Social pela UFPE. Professor Substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.
